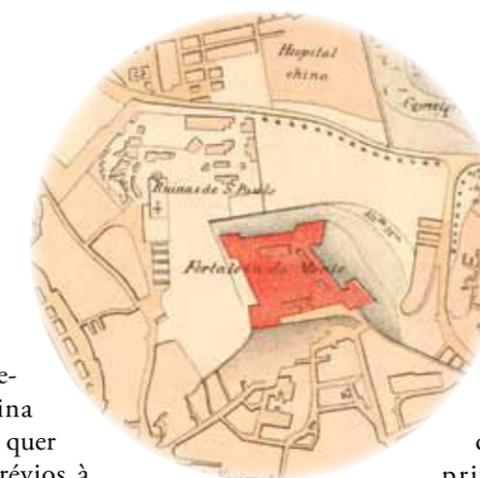


A Arqueologia Urbana Uma Abordagem para Macau

FILOMENA VICENTE*



1. ARQUEOLOGIA URBANA

A arqueologia urbana refere-se ao exercício desta disciplina praticada em contexto citadino, quer para o estudo de elementos prévios à cidade, quer para o estudo da própria cidade. Este tipo de intervenção tem um método específico, devido à diversidade de apropriações humanas do espaço físico. Por um lado, a arqueologia urbana tem de lidar com vários problemas provenientes da cidade e da sua “mutação” constante, sendo uma especialidade obrigatoriamente menor em espaço e em tempo. Por outro, a arqueologia urbana depara-se com uma grande variedade de presenças temporais, levando a um maior espólio vestigial.

Trata-se de uma arqueologia tecnicamente complexa, altamente visível pelos habitantes e visitantes da cidade, na qual constantes problemas são levantados por perturbarem as rotinas diárias da população.

Aprendeu-se durante os diversos anos que constituem a história da arqueologia urbana que

“Um dos maiores progressos teóricos em arqueologia urbana tem sido a realização de que não podemos estudar a cidade como se esta fosse uma larga colecção de discretos “sítios” (propriedades privadas, ou logradouros, ou até quarteirões), cada um dos quais considerado como um objecto isolado da envolvente. [...] a cidade tem de ser vista como uma entidade, um sistema único, que foi criado por diferentes padrões de comportamento humano interagindo ao longo do tempo”.¹ [tradução nossa]

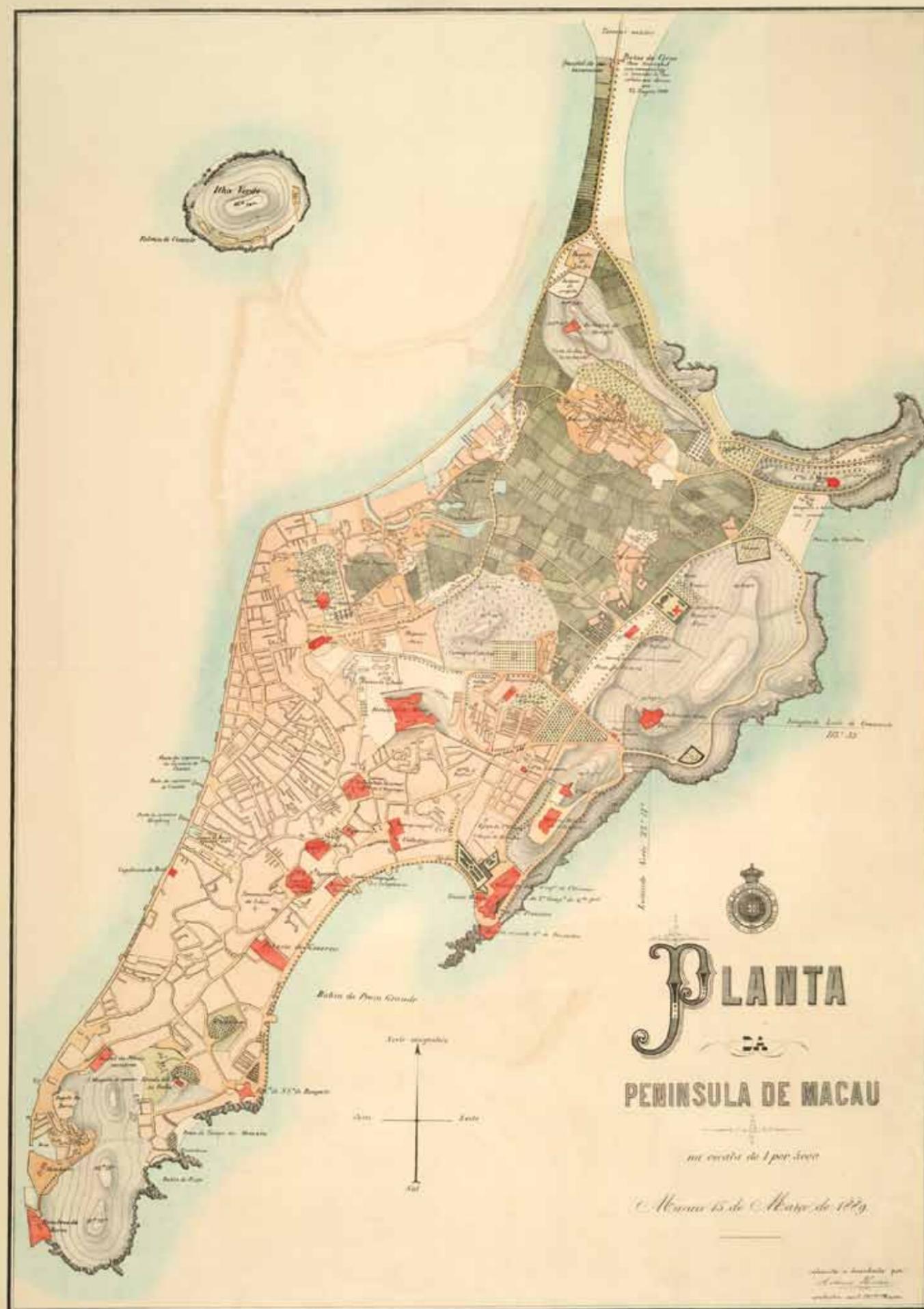
A arqueologia urbana encontra as suas origens ainda no Renascimento, com a procura de artefactos greco-latinos e “orientais” por parte dos grandes senhores desta época, quando a arqueologia ainda se confundia com “saqueamento”. A partir do século xx, a arqueologia urbana já se encontra regularizada (e com uma metodologia própria ou autónoma), em resposta ao grande crescimento urbano do século anterior, mas é apenas após a 2.ª Guerra Mundial que podemos falar numa arqueologia urbana moderna.

Além da intervenção em subsolo, a arqueologia da arquitectura constitui também uma preciosa observação que permite compreender métodos construtivos e alterações nos imóveis, os quais podem garantir uma leitura da história dos quarteirões e dos próprios edifícios.

* Licenciada em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. Foi a delegada executiva de coordenação do “Projecto global de tratamento e recuperação das Ruínas de São Paulo”. Em 2012, efectuou para o Instituto Cultural do Governo da R.A.E. de Macau um trabalho de pesquisa sobre o Colégio de São Paulo e as propriedades jesuítas em Macau.

Graduate in architecture from the Faculty of Architecture of the Technical University of Lisbon. She was the team executive-coordinator of the ‘Global Project for the Recuperation of St. Paul’s Ruins’. In 2012, she made a research concerning St. Paul’s College and Jesuit properties in Macao for the Cultural Affairs Bureau of Macao S.A.R. Government.

“Planta da Península de Macau”, desenhada por António Heitor (15 de Março de 1889). Edição da Sociedade de Geografia de Lisboa.



PATRIMÓNIO CULTURAL

CULTURAL HERITAGE

2. ARQUEOLOGIA URBANA EM MACAU

“É amplamente aceite que o conhecimento das origens e do desenvolvimento das sociedades humanas é de fundamental importância para a humanidade inteira, permitindo-lhe identificar as suas raízes culturais e sociais.”

Carta Internacional sobre a Protecção e a Gestão do Património Arqueológico, ICOMOS, Lausanne, 1990.

A arqueologia em Macau teve um início tardio. Este “atraso” talvez possa ser explicado por uma dualidade cultural própria (ou específica) desta cidade. O conhecimento dos locais onde o estabelecimento humano teve início, tal como a cultura local, definem a identidade das populações. No caso macaense, a cultura, nos seus múltiplos aspectos, como a língua, as relações sociais, os comportamentos colectivos, assim como os bens patrimoniais, sempre foram objecto de dualidade, entre Portugal e China. Assim também o são a visão, a compreensão e o respeito pelo passado.

Embora Macau não fosse no seu início uma colónia, assim foi compreendida muitas vezes por ambas as partes em questão. Os portugueses no seu pior, com uma presença temporária, de usufruto; e os chineses também na pior interpretação da presença portuguesa, nunca esquecendo a enorme desproporção de número entre as duas populações.

Essa dualidade entre cultura e a cidade, entendida aqui como “contentor de memória social”,² apresenta-se como um desafio de dimensão extraordinária, pela dificuldade em harmonizar as partes. E se este desafio já se apresenta em cidades com uma identidade comum (se o entendermos como uma só língua, uma nacionalidade ...), Macau revela-se como um local “exemplar” na perspectiva de um entendimento e solução para a convivência com a sua história.

2.1. ARQUEOLOGIA EM MACAU NA ADMINISTRAÇÃO PORTUGUESA

2.1.1 Arqueologia vinda de Hong Kong

Membros da Hong Kong Archeological Society iniciaram em Julho de 1972, a convite do então Leal Senado, o que conhecemos como a primeira campanha

arqueológica no território de Macau, mais precisamente na ilha de Coloane.

A escolha de Coloane baseou-se em vários factores. Por um lado, existiam rumores de vestígios da Idade do Bronze nas ilhas de Coloane e da Taipa. Por outro, as zonas ribeirinhas, de fácil acesso a “portos de abrigo”, com uma relação de proximidade a campos aráveis/cultiváveis, tinham sido os locais onde se tinham identificado “depósitos culturais” em Hong Kong.

Finalmente, a localização geográfica de Coloane, sendo a ilha mais a sul do território de Macau e a sua proximidade a Este de Hong Kong, fez com que esta tivesse particular interesse para a Hong Kong Archeological Society.

Em diversas ocasiões, a convite das autoridades de Macau, a Hong Kong Archeological Society regressou ao território e conduziu novas intervenções arqueológicas em Hac Sa.

Foi confirmado que aí existiram duas camadas de épocas diferentes a sul da praia de Hac Sa. Na camada superior, mais recente, foram encontrados nas escavações inúmeros fragmentos de artefactos cerâmicos com diversos motivos decorativos. Alguns dos fragmentos pertenciam a cerâmica de pasta branca com padrões impressos. Ainda se encontram no espólio recolhido anéis de pedra de quartzo, placas de arenito com sulcos, ferramentas em pedra e pedras lascadas.

Na camada inferior, foram encontrados fragmentos de cerâmica vermelha, apresentando pinturas, incisões e, nalguns casos, peças perfuradas.

Os arqueólogos envolvidos na campanha arqueológica calcularam que a camada superior poderia ser datada de há, aproximadamente, 5500 a 4500 anos, na camada inferior encontravam-se vestígios de um período de ocupação datado de há 6000 anos.³

O Centre for Chinese Archaeology and Art, Institute of Chinese Studies of The Chinese University of Hong Kong e o Departamento Chinês da Universidade de Macau lançaram em conjunto, durante o ano de 1994, um projecto de âmbito arqueológico com o objectivo de localizar áreas potenciais de estudo nas ilhas da Taipa e Coloane.

As zonas de Cheoc Van e Ka Ho foram apontadas como potencialmente interessantes do ponto de vista arqueológico mas, dadas as variadas condicionantes encontradas em virtude das inúmeras construções que já se encontravam no local nessa data, foram abandonadas como locais de escavação.

A zona Norte de Hac Sa também já apresentava um vasto empreendimento turístico, pelo que, mais uma vez, a área de estudo recaiu sobre a zona sul de Hac Sa, preservada por se encontrar na zona da praia.

O espólio recolhido nesta campanha foi semelhante aos anteriores, tendo sido datado no relatório arqueológico da época como tendo aproximadamente entre 3.500 a 4.000 anos.

Estas campanhas arqueológicas foram sempre localizadas fora do contexto citadino.

2.1.2. “Projecto Global das Ruínas de São Paulo”

Em 1988, no decorrer do restauro da fachada da Igreja de São Paulo, o então Presidente da Comissão de Defesa, arquitecto Francisco Figueira, relata que se fizeram escavações na face interior da fachada no sentido de se analisar o estado das fundações. Podemos ler no mesmo relato que essas escavações “revelaram a existência de paredes que, aparentemente partem de uma cota muito inferior à do pavimento da Igreja”. Francisco Figueira termina dizendo que essas escavações já tinham fornecido informações suficientes quanto ao estado dos “alicerces”, mas que estas deveriam ter continuidade, através de um plano que, de uma forma mais sistemática, “permitisse a averiguação de como era, de facto, a planta da igreja”.

Foi a partir desta carta que se iniciou a escavação que possibilitou identificar a original planimetria da monumental igreja, principal ex-líbris de Macau.

Os trabalhos foram executados com o auxílio de técnicos portugueses, coordenados pelo arqueólogo António Cavaleiro Paixão.

A equipa pluridisciplinar responsável pelo chamado “Projecto de Recuperação das Ruínas de São Paulo” era coordenada pelo arquitecto Manuel Vicente e incluía, na disciplina de arquitectura, os arquitectos José Daniel Santa Rita, Manuel Graça Dias e João Luís Carrilho da Graça, o último dos quais acabou por ser o autor do projecto de musealização aí criado. O engenheiro José Matos e Silva, o historiador Fernando António Baptista Pereira e o arqueólogo Cavaleiro Paixão completavam esta equipa que acompanhou a campanha arqueológica, identificou a planimetria da igreja, os diversos espaços que a compunham e que correspondiam com bastante exactidão às descrições dos contemporâneos do colégio.⁴

O projecto terminou com a construção de um núcleo museológico no local da antiga cripta, assim

como a musealização *in situ* dos mais significativos vestígios arqueológicos. (Fig. 1)

Durante a execução deste projecto, muitas estruturas anexas à igreja e na sua envolvente foram postas a descoberto. Por não se encontrarem integradas na área de intervenção do projecto de musealização acabaram por não ser objecto do mesmo nível de interesse e estudo que a zona do corpo da igreja. No entanto, existem registos escritos que as descrevem e nos despertam a curiosidade de as voltar a descobrir, desta vez com o objectivo preciso de as identificar, registar e interpretar. Alguns exemplos: as fundações da Torre Sineira, anexa à fachada; as fundações dos edifícios laterais à escadaria (provavelmente as salas de aula do Colégio) e até a passagem subterrânea/esgoto que atravessa a Calçada de São Paulo em direcção à estrutura da escadaria.

2.1.3. Museu de Macau – Fortaleza do Monte

Na última década do século xx, é escolhida a Fortaleza do Monte como um espaço de referência para a instalação do Museu de Macau. A escolha obedeceu a um conjunto de parâmetros, como a carga histórica do sítio, valorização do circuito turístico, dignidade e nobreza do local e sua envolvente, acessibilidade, entre outros.

Esta decisão surgiu em Abril de 1994 quando o então governador de Macau deu directivas no sentido da criação de um museu “dedicado à história da Cidade e das suas gentes”, referência feita pelo arquitecto Carlos Moreno, responsável pela musealização da Fortaleza do Monte (assessorado por Fernando António Baptista Pereira), bem como os seguintes trabalhos de restauro e consolidação da fortificação.⁵

Perante esta opção por um espaço emblemático e histórico, houve que acautelar e salvaguardar valores de âmbito arqueológico presentes na Fortaleza do Monte, já que foi necessário recorrer ao subsolo para a criação de vastas áreas expositivas contempladas no programa museológico.

O desenvolvimento dos percursos de acesso ao museu e ao edifício administrativo, a partir da base da colina junto à fachada da Igreja de S. Paulo, implicaram, em simultâneo e por igual motivo de salvaguarda, uma intervenção arqueológica na área das ruínas do desaparecido Colégio de S. Paulo.

Os trabalhos arqueológicos decorreram entre 1995 e 1997 e privilegiaram, para além da escavação



em área do interior da Fortaleza do Monte e numa zona do antigo Colégio de S. Paulo, intervenções pontuais em dois bastiões e na área externa da fortificação, como a galeria de descarga da cisterna e a vertente norte da colina, onde foi identificado e registado um troço da cerca que delimitava o território da Companhia de Jesus e erigida em 1606.

Atendendo ao volume de terras a remover e às vastas áreas a intervir, a equipa de arqueologia concretizou, num primeiro momento, um conjunto de sondagens logo no Verão de 1995, tanto na área do colégio como no interior da fortaleza. Esta primeira intervenção teve por fim proceder-se a uma avaliação mais realista do potencial arqueológico em presença e quais as implicações e eventuais alterações que estes vestígios iriam suscitar ao nível do projecto de arquitectura, do programa museológico, implantação do edifício administrativo, acessibilidades e percursos pedonais.

Em simultâneo a esta primeira fase, iniciámos uma pesquisa complementar, ao nível da consulta de documentação escrita e da recolha de registos iconográficos e cartográficos, tarefa imprescindível no apoio à interpretação das estruturas entretanto identificadas na sequência das escavações arqueológicas.

Como resultado da vasta campanha arqueológica, foi identificado um muito significativo conjunto de estruturas e de espólio arqueológico. No interior da Fortaleza destacamos a identificação do embasamento da primitiva residência dos governadores, de uma complexa rede de esgotos e o arranque da designada “Torre Cavaleira”, inicialmente com três pisos, e que se encontra muito bem referenciada no desenho de Jean Nieuhoff, de 1665, no momento em que faz fogo sobre a zona da Praia Grande.⁶ (Fig. 2)

Mas, de facto, a nota de surpresa foi a identificação de um robusto muro de alvenaria a uma cota inferior às anteriores estruturas identificadas e sem qualquer relação com as mesmas. Atravessava toda a área escavada, num total de 33m de comprimento, e apresentava ainda uma altura de 6m e uma largura de 2m na base e 1,80m no topo.

Este muro apresenta, a nível tipológico, semelhanças com a cerca do colégio, ambos em alvenaria

de pedra. A sua construção pode estar associada a um primeiro momento de fortificação do topo da colina, logo na primeira década de Seiscentos. Esta necessidade de serem criadas condições de defesa urgentes vem na sequência dos ataques regulares a Macau cometidos pelos holandeses, a partir de 1601.

A arqueologia em Macau teve um início tardio. Este “atraso” talvez possa ser explicado por uma dualidade cultural própria (ou específica) desta cidade.

Torna-se, assim, pertinente aceitar-se que a construção deste primeiro reduto defensivo seja simultâneo com a construção da cerca da Companhia de Jesus, ou seja, em 1606.

É este testemunho de excepção que implicou a reformulação do projecto de arquitectura, ao nível do átrio de entrada do Museu, com a inclusão, reparação e musealização de um troço da muralha, presumível memória do primeiro momento de fortificação da colina do Monte.

Quanto aos vestígios arqueológicos identificados ao nível do colégio, destaque para um conjunto de estruturas integradas na ala sul do pátio ou claustro, com destaque para dois corredores e uma sucessão de cubículos.

Dada a singularidade e memória da zona da portaria, como dos acessos a diversos equipamentos que integravam o colégio, foi naturalmente aceite pela equipa de projecto do Museu de Macau a necessidade da sua manutenção, conservação, consolidação e integração no percurso de acesso ao museu, a partir da área da antiga portaria do colégio, para usufruto da população.

Para o efeito, foi concebido um passadiço sobreelevado em relação às estruturas, estas devidamente identificadas e legendadas, após a consolidação e reconstituição das mesmas segundo a técnica de construção tradicional em chunambo.

Uma terceira vertente desenvolvida, para além da escavação arqueológica e da conservação e restauro de estruturas, correspondeu à lavagem e inventário

Fig. 1. Ruínas de São Paulo durante a intervenção de limpeza da fachada no decurso do “Projecto Global de Recuperação das Ruínas de São Paulo” 1990/1991.

PATRIMÓNIO CULTURAL

CULTURAL HERITAGE



Fig. 2. Vista de Macau, de autor anónimo, incluída no livro *Het Gezantschap Der Neerlandsche Oost-Indische Compagnie, Aan Den Groten Tartarischen Cham, Den tegenwoordigen Keizer Van China*, de Jan Nieuwhoff (Amesterdão, 1665).

do espólio exumado e tratamento e restauro de um conjunto de peças seleccionadas a fim de integrarem um núcleo expositivo que fosse a memória da ocupação desta colina até à primeira metade do século xx.

O espaço escolhido foi o bastião noroeste e aí se incluiu peças representativas, na sua maior parte, de dois períodos históricos: o período Ming Final/Qing Inicial, momento que coincide com as grandes obras no território jesuíta; e último quartel do século xix e primeira metade do século xx, período de utilização do espaço do desaparecido colégio como lixeira.

Do conjunto do espólio exumado, destaque para um conjunto de porcelana recolhida na Fortaleza do Monte, numa bolsa localizada sob uma das paredes de ampliação da Casa do Governador, obra de meados do século xvii. Esta colecção foi, entretanto, objecto de estudo e integrada no Projecto de Investigação “De Macau a Lisboa – Na Rota das Porcelanas Ming”, projecto desenvolvido por Armando Sabrosa (1965-2006) e, mais recentemente, integrou uma

comunicação apresentada num congresso internacional que decorreu na Universidade Nova de Lisboa.⁷

Por fim, podemos destacar como um dos aspectos com maior relevância, o planeamento atempado e faseado do projecto do Museu de Macau, que incluiu, desde o primeiro momento, a vertente da arqueologia urbana, o que viabilizou a procura de soluções e de alternativas sempre que o património arqueológico o justificava e a segurança e qualidade do imóvel o permitiram, realidade que tem todo o cabimento, em particular, nos projectos de iniciativa pública e privada no Centro Histórico.

2.2. ARQUEOLOGIA EM MACAU – RAEM

Em 2002, iniciou-se um processo destinado à musealização do Edifício da Antiga Câmara das Ilhas,⁸ na Taipa.⁹ Uma equipa, constituída por arquitectos e arqueólogos, conduziu a primeira escavação realizada “unicamente por pessoas de Macau, na história da arqueologia desta região, bem como a primeira

escavação arqueológica depois do estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau”.¹⁰ Nessa intervenção arqueológica, no subsolo do edifício de traça portuguesa, construído nos anos 20, para centro administrativo do governo das ilhas – localmente denominado *Yamen* (isto é: repartição do governo) – encontraram-se as estruturas do imóvel que antecedeu o da Câmara. “São relíquias dos primórdios do desenvolvimento da Taipa, na sequência da ocupação portuguesa. Fornecem-nos dados consistentes e significativos para o estudo da história da expansão portuguesa em Macau”.¹¹

Além de porcelanas da dinastia Qing e de inícios do período Minguo, também alguns materiais de construção foram identificados, como é o caso de fragmentos de argamassa de parede, ornamentos de edifício, pedra granítica, tijolos e azulejos datados de entre 1851 a 1920. A existência de conchas na areia grossa, usada para construção do imóvel, permite também identificar a proveniência dos materiais de construção.

A intervenção arqueológica terminou em 2005 e o acervo obtido foi integrado na exposição do Museu. Paralelamente, um trabalho de investigação realizado por organizações locais e centros de idosos na Taipa e Coloane, em articulação com instituições académicas de Macau e Hong Kong, permitiu a recolha de peças que possam integrar exposições temáticas do museu.

A agricultura, a construção naval e a indústria da pesca – e também a ostricultura, actividade secundária praticada por todos em Hac Sa, como meio de suplemento às magras receitas familiares – ficaram documentadas e são um dos temas do museu, fruto deste contacto com a comunidade na qual se integra.

Em 2006, à semelhança do que aconteceu em 1994, o Museu de Arte de Macau sob a tutela do Instituto Para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM), convidou membros do Centre for Chinese Archaeology and Art, Institute of Chinese Studies of The Chinese University of Hong Kong e Jao Tsung-I Petite Ecole of The University of Hong Kong para, mais uma vez em conjunto, formarem uma equipa arqueológica com o objectivo de conduzir mais uma campanha na zona sul de Hac Sa.

Desta vez numa área mais vasta, a escavação foi interrompida quando foi atingida a camada que tinha sido estabelecida como meta desta escavação: o período Neolítico.

O espólio recolhido nesta campanha forneceu dados suficientes aos arqueólogos envolvidos para que fosse estabelecida a conclusão de que Hac Sa poderia ter sido uma povoação especializada na produção de anéis de pedra de quartzo.

Recentemente o Governo da RAEM tem lançado uma série de projectos no âmbito da arqueologia no território da ilha de Coloane e encontram-se identificados locais, para além da zona sul da praia de Hac Sa, onde vestígios pré-históricos se encontram presentes.¹²

As escavações agora executadas encontram-se já assistidas por Sistemas de Informação Geográfica (SIG). Estes sistemas são um avanço extraordinário na gestão da informação arqueológica, dado que possibilitam a rigorosa sobreposição de todos os dados disponíveis e introduzidos, facilitando a confrontação entre estes, sua edição e análise.

Em contexto citadino, em 2010, a mais relevante escavação arqueológica decorreu na sequência da demolição de quatro moradias do Montepio, construídas nos anos 60 do século xx, alinhadas com a Rua de D. Belchior Carneiro, nas traseiras da Igreja de São Paulo.

Uma vez que, desde as escavações que precederam a construção do Museu de Macau, na Fortaleza do Monte, se suponha ser essa zona ocupada por estruturas do Colégio de São Paulo, o Instituto Cultural convidou o Instituto de Arqueologia da Academia de Ciências Sociais Chinesa para conduzir o chamado “Projecto de Investigação e Escavação Arqueológica das Ruínas do Colégio de São Paulo”.

Esta escavação teve uma duração de dois anos e decorreu em diferentes etapas, tendo sido descobertos mais de 10 000 artefactos no local, alguns dos quais datados do período final de dinastia Ming a início da dinastia Qing.

Foi também posta a descoberto uma abertura profunda, feita pelo homem, na zona a este do principal claustro do Colégio de São Paulo. Esta estrutura parece corresponder à descrição feita pelo Pe. Montanha de um poço aberto em 1746.¹³

3. O DESENVOLVIMENTO URBANO DA CIDADE E A PRESSÃO IMOBILIÁRIA

A exiguidade do território de Macau parece que justifica tudo. O desrespeito pelo centro histórico, a construção em altura, a densidade da construção, a

PATRIMÓNIO CULTURAL

CULTURAL HERITAGE

demolição contínua da imagem urbana, a substituição da memória pelo incarácterístico.

A criação de novos aterros será, em princípio, uma solução para o despressurizar das zonas antigas, sem o ser na totalidade. Nem só de grandes investimentos e investidores se compõe o sector imobiliário de Macau. Até mesmo o pequeno proprietário na zona mais antiga de Macau sofre com o aumento da inflação e vê o aumento das rendas como uma fonte apetecível de rendimentos. As pequenas “torres” que se vêm construídas com uma frente de rua onde pouco mais se consegue prever do que a caixa das escadas, são prova disso mesmo.

A tentativa de substituir o prédio antigo por uma construção nova é tentadora e muitas vezes bem sucedida. E, neste contexto de “zona histórica”, é exactamente este o principal problema que se coloca. Como manter a identidade do local sem prejudicar os pequenos proprietários?

Assim, o principal desafio é compatibilizar o uso dos edifícios antigos com as necessidades dos seus proprietários, sem que a solução passe pela demolição e substituição.

3.1. PATRIMÓNIO AMEAÇADO

Não é novidade que a pressão imobiliária ameaça continuamente o património edificado de Macau. A diminuta área do território, o aumento da população, a necessidade da construção em altura, associados ao aumento do valor do imobiliário, do valor das rendas, criam uma pressão constante sobre a cidade antiga, sobre o património de Macau.

Constatando que o património construído está cada vez mais ameaçado pela destruição, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela acelerada evolução da vida social e económica de Macau, é consensual a noção de que a degradação ou desaparecimento do nosso património edificado constitui um empobrecimento global que nos atinge a todos.

Recentes demolições de conjuntos edificados na zona do Porto Interior, e não classificados, são testemunho de que há ainda por classificar conjuntos, quase “pequenas aldeias” dentro da cidade, com valor patrimonial.

No centro histórico há, decerto, mais conjuntos ou locais por descobrir, por classificar, que, com uma candidatura devidamente documentada, seriam



Fig. 3. Ilha Verde, na “Planta da Península de Macau”, 1889 (vide p. 128).

aceites pelo seu valor, quer pelas técnicas construtivas tradicionais, quer ainda pelo enquadramento físico e visual que proporcionam.

Embora seja comumente aceite que as áreas de interesse patrimonial estão já aproximadamente demarcadas, importa referir que a leitura da história de Macau também se faz extramuros, como por exemplo em Mong-Há, onde existiu uma povoação, ou na Ilha Verde, que foi uma propriedade jesuíta. (Figs. 3 e 4)

Também a muralha ribeirinha, embora tendo sido construída sem a planificação e os recursos teóricos de engenharia militar jesuíta, merecia ser identificada, delineada e estudada. Desta muralha parecem ainda restar muitos troços, detectados como muros de suporte originais da cidade, dispostos de forma irregular e sinuosa acompanhando a antiga linha de costa.

Importa ainda também referir que existiram no passado situações que devem ser identificadas como exemplos a não repetir ou até, quem sabe, exemplos a demolir. Se a actual Lei de Salvaguarda do Património Cultural apresenta artigos onde se identificam as situações em que a demolição de imóveis classificados é possível, porque não complementar a lei com artigos que justifiquem a demolição de edifícios que descaracterizam e afectam negativamente as zonas protegidas?

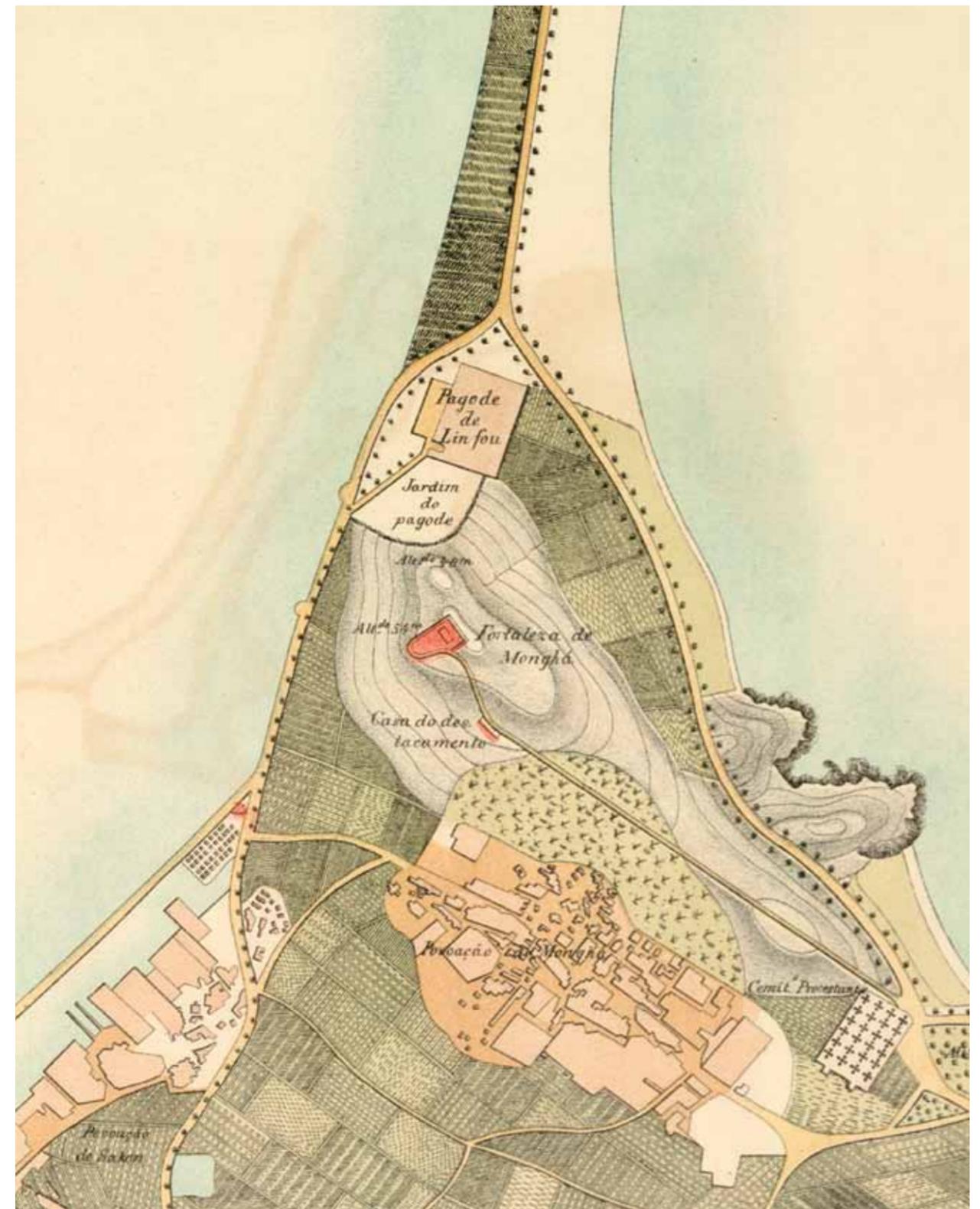


Fig. 4. Povoação de Mong Ha, na “Planta da Península de Macau”, 1889 (vide p. 128).

PATRIMÓNIO CULTURAL

3.2. NECESSIDADE DE LEGISLAÇÃO PREVENTIVA, DE SALVAGUARDA E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

O planeamento urbano deve ser entendido como uma ferramenta de preservação do património cultural num contexto de crescimento económico e urbano.

O planeamento urbano e a integração do que são considerados os monumentos arquitectónicos no quotidiano da cidade e, neste caso mais importante ainda, no seu desenvolvimento económico, são os factores fundamentais para o crescimento do conceito de protecção do nosso património.

A falta de um Plano Director torna o desafio de protecção ainda mais complexo, dado que planos parcelares apenas proporcionam uma visão limitada das intervenções no território.

Associado a esta falta de visão do todo, apresenta-se o conflito entre a conservação do legado patrimonial e o desenvolvimento urbanístico. Agravada pela classe dirigente menos sensível às questões de investigação e conservação do património cultural, encarando a escavação arqueológica em espaço urbano como um constrangimento ao desenvolvimento, provocando a paralisação dos empreendimentos (exceptuando o caso da sua realização na fase de apreciação do projecto), causando interferência nas trocas comerciais até dificuldades de tráfego rodoviário.

É fundamental, pois, o empreendimento de uma estratégia que demonstre que a preservação patrimonial enriquece o lugar. Essa acção deve ser desencadeada com a sensibilização dos habitantes, de modo a que os próprios – progressivamente – compreendam que a arqueologia valoriza o lugar onde moram, a sua casa, o seu quarteirão, a sua cidade. É um processo longo, de renovação de mentalidades, mas urge ser desenvolvido com estratégias de proximidade: nas escolas, nos bairros mais antigos, nas igrejas, junto dos comerciantes, da restauração, de todos quantos recebem turistas nos seus estabelecimentos, incluindo as inúmeras casas de jogo e de penhores.

4. CARTA ARQUEOLÓGICA

4.1. DEFINIÇÃO

Uma carta arqueológica implica uma compilação de todos os elementos de natureza bibliográfica e cartográfica que permitam construir uma base de dados que possa ser divulgada e que dê a conhecer a evolução histórica de determinada região.

A divulgação desta informação permitirá definir linhas orientadoras para a intervenção nesses bens patrimoniais, sua classificação, a definição de normas para a sua correcta inventariação e uma futura e mais alargada utilização.

4.2. A CRIAÇÃO DE UM MODELO ADEQUADO AO TERRITÓRIO

Os Centros Históricos são sítios arqueológicos de relevância excepcional, pelo que é fundamental garantir a preservação de Memórias nesses lugares.

As acções de Arqueologia Urbana desenvolvidas em Centro Histórico visam essencialmente potenciar o registo e salvaguarda dos vestígios patrimoniais que testemunhem a ocupação humana, do passado à actualidade. O registo de tudo o que acontece no solo e nos imóveis permitirá a transmissão do legado cultural às gerações futuras, o que é fundamental para a construção da memória comum, da identidade colectiva. Todos os resultados das intervenções arqueológicas – acompanhamento de obras e escavações arqueológicas – e os dados obtidos através do estudo de materiais e dos contextos arqueológicos são muito significativos.

O tipo de abordagem arqueológica que se pretende ser desenvolvida, em Macau, é a que privilegia as relações entre o homem e o meio ambiente onde se insere, abrangendo as relações sociais e económicas no local onde se dá a pesquisa arqueológica.

Referimo-nos fundamentalmente à arqueologia que se realiza em solo urbano.

O grande desenvolvimento da arqueologia urbana deu-se na segunda metade do século xx, com o desenvolvimento das cidades históricas e a necessidade de o regulamentar no sentido de evitar o progressivo desaparecimento de património cultural no subsolo das cidades.

O grande desafio que se coloca é modificar a crença generalizada de que as escavações arqueológicas no centro urbano, onde se verificam traços históricos e arqueológicos de valor, se traduzem numa limitação de ordem social e económica.

Na mais recente abordagem da arqueologia urbana verifica-se que ao trabalho de campo se associa a criação de instituições de acompanhamento técnico e científico, com competências para acompanhar as intervenções na cidade. Estas instituições apresentam-se como instrumentos fundamentais na gestão do ordenamento do território urbano.

Outro aspecto a ter em consideração acaba por ser a questão do que fazer aos achados arqueológicos: conservar e preservar o legado patrimonial encontrado e, muitas vezes, pertencente a um dos períodos mais marcantes da história da cidade e da Ásia, ou permitir a sua destruição a fim de dar continuidade ao normal desenvolvimento do contexto urbano. Durante uma escavação arqueológica o contexto original dos achados é de alguma forma alterado, exactamente durante a escavação, mas se o objectivo for dá-lo a conhecer aos cidadãos e turistas, o impacto dessa destruição deve ser cuidadosamente controlado.

Trata-se de encontrar um equilíbrio entre o progresso (urbano, social e económico) da cidade e a cultura da cidade.

Há que, antes de tudo, entender Macau. A população verdadeiramente residente é composta por quem? Quem realmente habita o coração da cidade? Qual a percentagem de habitantes “temporários” em contraponto com os “permanentes”? Quem se sente realmente a pertencer a Macau? Quem mantém Macau viva?

Não será essa precisamente uma característica desta cidade única? Que a quantidade de “temporários” sempre foi muito superior aos “permanentes”?

E como manter as pessoas nos locais que se consideram Património? Como manter as pessoas que o fazem ser Património? Como fazer entender a essas pessoas a sua própria importância?

Quem se interessa pela cidade ao ponto de a querer conhecer? De a estudar? De aprofundar o que já se sabe?

Vamos acreditar que ainda existe o que se chama “gente de Macau”.

E mais do que tudo é preciso reconciliar a “gente de Macau” com o seu “contentor de memória social”.

Macau é sinónimo de jogo e isso é, neste momento, indissociável do seu desenvolvimento e sobrevivência. Mas Macau tem potencialidades para se transformar numa cidade destino de turismo cultural devido ao seu legado patrimonial arqueológico, histórico e arquitectónico. Não sendo também essa uma solução perfeita, porque provavelmente não as há.

A perspectiva de uma cidade destino de turismo cultural encontra, no seu próprio conceito, perigos do ponto de vista de conservação. Perigos esses derivados dos milhares de visitantes que a escolhem como destino turístico, dada a dificuldade das frágeis estruturas que constituem um centro histórico se adaptarem à multifuncionalidade assim exigida.

CULTURAL HERITAGE

Mas existe certamente um ponto de conciliação entre os trabalhos de melhoria urbana e o preservar do património cultural, se ambos forem considerados fundamentais para o desenvolvimento e para o bem estar da população.

Torna-se assim fundamental a existência de um organismo que faça a sua gestão, garantindo um conjunto de acções programadas com o objectivo de conseguir a conservação dos bens patrimoniais e o seu uso adequado às exigências sociais contemporâneas.

4.2.1. Metodologia

4.2.1.1. Compilação exaustiva da informação das anteriores campanhas arqueológicas

A necessidade de divulgação de uma Carta Arqueológica baseia-se no conceito de que a “difusão do Património é a condição básica e essencial para o proteger e conservar”.¹⁴

A Carta Arqueológica corresponde a um inventário continuamente actualizado e georreferenciado de sítios e vestígios arqueológicos resultantes de anteriores campanhas arqueológicas.

Pretende-se assim divulgar, e de forma sistemática, a totalidade do património arqueológico identificado e registado até hoje. Com o pressuposto da sua continuada actualização.

Este inventário deverá ser acompanhado pela documentação gráfica arqueológica através de grelhas e mapas georreferenciados, informação fotográfica que documente os sítios arqueológicos e informação bibliográfica que reúna todos os registos escritos consultados, fornecendo dados sobre o património arqueológico encontrado e estudado.

Esta Carta Arqueológica tornar-se-á fundamentalmente um banco de dados consultável pelos organismos competentes, por investigadores e público em geral.

4.2.1.2. Pesquisa de fontes escritas e gráficas disponíveis
“5. O planeamento da salvaguarda das cidades e bairros históricos deve ser precedido de estudos pluridisciplinares. O plano de salvaguarda deve incluir uma análise de dados, designadamente arqueológicos, técnicos, sociológicos e económicos, e definir as principais orientações e modalidades de acção a empreender nos campos jurídico, administrativo e financeiro.”¹⁵

Todas as “arqueologias” que se dividem pelo período sobre o qual se dirigem, sejam elas a arqueologia pré-histórica, proto-histórica ou arqueologia histórica

PATRIMÓNIO CULTURAL

CULTURAL HERITAGE

(clássica, medieval, moderna e industrial), todas elas, excluindo a primeira, utilizam não só as fontes materiais, de campo, mas também as fontes escritas.

Para ser possível a completa análise de dados, em Macau ainda há muito trabalho de organização de fontes documentais a fazer.

Com a passagem de administração em 1999, muita informação ficou perdida, por catalogar e dispersa.

A título de exemplo podemos referir o arquivo da Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes [DSSOPT], no qual ainda em 1995 se podia consultar cartografia diversa da cidade datada do início do século xx e do qual hoje não há conhecimento do seu paradeiro. Documentos que registavam não só a planimetria de cidade mas também a altimetria de locais hoje muito alterados. Planos parcelares da cidade com o levantamento do então existente sobrepostos com a nova proposta de abertura de vias. Dados que atestavam a transformação da cidade nos primeiros 50 anos do século xx e que forneciam informações precisas sobre a situação da cidade anterior às grandes transformações que se operaram nos últimos 100 anos.

Outro exemplo, os arquivos do Exército que, tendo sido salvos da destruição pelo Eng.º Armando Cação, se encontram num armazém em Lisboa, provavelmente nas mesmas caixas que deixaram Macau. Importa referir que, desde a destruição de grande parte dos arquivos do Leal Senado, as instituições militares em Macau seriam quem possuía a mais antiga e rigorosa documentação sobre o evoluir da cidade, embora sempre dentro do âmbito do interesse militar. Esse âmbito só lhe reforça o interesse, dado que as construções defensivas são o testemunho que mais perdura no tempo.

Para quem vive na cidade, a sistematização da recolha fotográfica, iconográfica e de informação oral encontra-se mais em blogs e sites independentes da internet do que sob o controlo e iniciativa das instituições.

Importa recolher toda a informação, seja qual for a nacionalidade da sua origem e tratá-la de forma a que possa ser consultada e divulgada.

Através da internet é, hoje em dia, permitido aceder a informação e fontes de informação em bibliotecas, centros de documentação, arquivos, fazendo pesquisa em bases de dados, ter acesso a monografias, periódicos,

dissertações, actas de congressos, comunicações e relatórios, enciclopédias e dicionários.

Uma vez encontrada essa plataforma informática que possibilite essa interacção numa base de dados única, a arqueologia e os processos de investigação paralelos podem passar a disponibilizar o máximo de informação através deste meio universalmente aceite.

4.2.1.3. Orientação para a criação de um zonamento e hierarquização de áreas com potencial arqueológico

Primeiro há que estabelecer os critérios gerais e metodologia adequada para avaliação da importância e do potencial arqueológico da área urbana.

Com a criação de uma carta arqueológica e sua análise é possível a identificação de:

- sítios ou indícios arqueológicos existentes, bem como a sua caracterização cultural;
- delimitação espacial das áreas de interesse histórico reconhecidas;
- delimitação de áreas em risco;
- avaliação do potencial de determinadas áreas quanto a probabilidade de ocorrência de sítios arqueológicos;
- definição dos critérios de importância arqueológica;
- avaliação dos recursos culturais segundo a sua utilização para fins educacionais e/ou turísticos;
- orientações para a actuação junto a obras e empreendimentos urbanísticos durante as fases de projecto e construção.

Finalmente, com as orientações obtidas através da criação de uma carta arqueológica, será possível a elaboração de um zonamento arqueológico da cidade, hierarquizado e dotado de legislação e enquadramento legal específico como forma de assegurar o ordenamento e gestão das zonas abrangidas. O zonamento da sensibilidade arqueológica permitirá aos moradores e às autoridades, progressivamente, a constatação que a acção do arqueólogo em articulação com os técnicos de arquitectura e engenharia beneficia a cidade do ponto de vista patrimonial. É fundamental o registo de tudo o que aconteça: o que não tem interesse em manter-se, por ser já conhecido, será registado e/ou levado – caso de justifique – para uma entidade de salvaguarda e investigação patrimonial (exemplo: universidade ou museu); o que é importante constituirá uma mais-valia para o imóvel intervencionado, passando a integrá-lo. Em qualquer dos casos, a transmissão de conhecimento

oriundo da acção arqueológica às populações é fundamental para as consciencializar da importância do local onde vivem.



4.2.1.4. Garantia do acompanhamento das recomendações da UNESCO

A 15 de Julho de 2005,¹⁶ a candidatura de inscrição de “Os monumentos históricos de Macau” à lista do Património Mundial da UNESCO nos termos da “Convenção Relativa à Protecção do Património Cultural e Natural”, foi aceite por unanimidade pelo Comité decisor. Com alteração do título para “O Centro Histórico de Macau”, essa área territorial tornou-se o 31.º sítio designado como Património Mundial da China. O Comité do Património Mundial recomendou – além da alteração da designação do bem classificado – que o proponente fizesse todos os esforços para desenvolver um mecanismo de gestão que garantisse a integridade estrutural e visual do bem e para manter as referências paisagísticas patrimoniais autênticas a par da envolvente contemporânea.

Após uma classificação como Património Mundial, os responsáveis por esse local assumem a obrigação de garantir um equilíbrio entre a protecção do património cultural e o seu desenvolvimento sustentável.

A ausência de um Plano Director para a cidade dá poucas garantias de uma zona de protecção adequada ao objecto de classificação.

A integridade do Centro Histórico não é associada apenas ao seu interior, mas também à sua envolvente.

Dada a proximidade física das várias “paisagens” que constituem a pequena península de Macau, as mudanças de vulto que se operam dentro do exíguo território têm um grande impacto na zona classificada.

O desenvolvimento de um Plano Director daria as garantias necessárias a um maior controlo à preservação adequada do património.

Dentro do espírito de conservação, já foram conseguidas a classificação como património imaterial da RAEM o teatro em patuá e a gastronomia macaense. Três bens culturais de Macau foram inscritos, em 2011, no terceiro lote da Lista de Património Cultural Imaterial a nível nacional: o Festival do Dragão Embriagado, a Música Ritual Taoista de Macau e as *Naamyam* Cantonenses (Canções Narrativas).

Pretende-se preservar não só o património edificado, mas as variadas vertentes do ambiente cultural em que se inserem.

Na síntese histórica apresentada à UNESCO é bem evidenciada a característica única de Macau: um lugar de particular fusão cultural, ponte entre o Oriente e o Ocidente desde o século xvi. Aqui, o intercâmbio cultural teceu uma identidade única, não só na arquitectura da cidade – que ainda hoje deixa perturbado, e simultaneamente orgulhoso, qualquer português que aqui chegue e pise a calçada portuguesa, num local onde se falam múltiplas línguas em plena China –, mas na gastronomia, na língua, na diversidade de rituais religiosos, nos objectos que pontuam a cidade: desde os marcos de correio aos nomes de ruas em placas azulejares bilingues.

Subdividido em quatro categorias – monumentos, edifícios de interesse arquitectónico, conjuntos classificados e sítios classificados –, o Centro Histórico de Macau tem ainda um conjunto de zonas-tampão que o envolvem e que com ele devem conviver de forma harmoniosa, impedindo a perda de virtudes da zona classificada.

5. CRIAÇÃO DE UMA EQUIPA MULTIDISCIPLINAR

Importa investir na definição/investigação/aprofundamento da identidade macaense como forma de garantir os laços com o passado. Só assim se pode distinguir, identificar, compreender, integrar o património cultural material (edificado, arqueológico, escrito ...) e imaterial (rituais de fusão, gastronomia ...).

Neste cenário de contínua mudança, faz-se aqui a proposta de criação de uma equipa multidisciplinar estável – combinando historiadores, arquitectos, arqueólogos, antropólogos, urbanistas, professores e técnicos de turismo –, um departamento caracterizado pela atitude dinâmica e pró-activa, com um modelo de gestão próprio que tenha entre os principais objectivos

PATRIMÓNIO CULTURAL

CULTURAL HERITAGE

a comunicação entre as diversas entidades responsáveis pelo ordenamento do território. A equipa deve ser coesa e apta a desenvolver estratégias que coloquem no terreno os objectivos que abaixo identificamos, em estreita articulação com os habitantes de Macau: nas escolas, no comércio, nas repartições públicas. Um plano de gestão territorial integrado, capaz de garantir a manutenção da classificação de O Centro Histórico de Macau como Património Mundial, urge e tem de ser garantido com enraizamento comunitário e estratégias legais de salvaguarda e ordenamento do território claras e céleres, que as populações não considerem impeditivas do seu bem-estar.

Uma estratégia que faça uso de estudos sobre a natureza do público, e que existem, é também importante. Os estudos são ferramentas de trabalho que podem questionar e redirecionar fluxos de turismo. Que turistas procuram Macau? Ao que vêm? Como podem ser surpreendidos? Que experiências inesperadas podem levar para os territórios de origem, sejam eles chineses ou de outras paragens? Como motivar os portugueses a conhecerem a RAEM?

Importa ainda, numa óptica de gestão territorial, compreender a capacidade de carga do território. Onde se concentram os habitantes permanentes e os temporários? Quais os pontos culturais mais visitados e que vantagens tira o território dessa visita? O que levam consigo os turistas?

A obrigatoriedade de uma publicação *online* constantemente actualizada criaria uma forma de uma aproximação aos cidadãos, aos investigadores, aos promotores e aos diversos departamentos que gerem a cidade.

Objectivos:

- Identificação e catalogação da informação existente;
- Promoção de programas de estudos ou objectivos científicos relacionados com as áreas já em estudo e para as áreas potenciais;
- Criação de um modelo que proporcione incentivos reais ao proprietário/promotor para o estudo dos terrenos em causa;
- Dinamização de roteiros turísticos culturais complementares ou alternativos aos existentes, passando a alternativa pela perspectiva da fusão cultural entre o Oriente e o Ocidente;
- Implementação de percursos visitáveis dentro das zonas de intervenção arqueológica, durante o decorrer da própria escavação;

- Criação de centros museológicos e até mesmo painéis interpretativos como referência obrigatória nos roteiros da cidade;
- Maior contextualização do jogo e das casas de penhores que a ele se associam como modo de observar e compreender Macau; a existência da Casa de Penhores Tak Seng On e a Torre Prestamista – estabelecida em 1917, em plena Avenida de Almeida Ribeiro, potencia uma estratégia de circuito museológico que passa pela história do jogo em Macau;
- Melhor articulação da percepção – em roteiros turístico-culturais – entre o que é macaense e o que é claramente de raiz chinesa, numa perspectiva de ligação à Terra-Mãe (ex.: compreensão do Jardim Lou Lim Ieoc e do seu simbolismo);
- Dar visibilidade à literatura criada ao longo das relações seculares entre Portugal e a China, que criou – será? – uma literatura de Macau: de Luís de Camões a Bocage, de Camilo Pessanha a Xie Xiao Ping, de Leonel Alves a António Correia, entre outros.

Um circuito literário por Macau seria um itinerário cultural de fusão a desenvolver, passando pelos sítios e monumentos classificados, pela gastronomia macaense, pelo Festival do Dragão, mas também pelo Museu Marítimo – às portas do Templo de A-Má, anterior ao estabelecimento da cidade –, ou pelo Museu Natural e Agrário de Coloane.

O usufruto de Macau não se confina à zona classificada: é uma paisagem, um ar para viver, uma herança partilhada intercontinental de sabores, rituais e memórias.

Para além dos objectivos atrás referidos, importa lembrar a importância da própria Cultura no futuro de Macau, como demonstra Ngai Mei Cheong no seguinte excerto:

“As pessoas começaram a compreender que somente através de maiores esforços na preservação e no fomento da identidade cultural de Macau seria possível sobreviver na competição regional, e cada vez maior no próximo século, sem que Macau se degrade num apêndice da vizinha cidade de Zhuhai, que se encaminha agora rapidamente para ultrapassar o território economicamente. [...] Macau apenas pode competir baseando-se no seu ponto forte – um

porto franco com uma longa história de mais de quatro séculos, levando um forte aroma latino para a terra chinesa, servindo como uma ponte especial entre a China e a Europa, especialmente o mundo falante latino, uma ponte cultural que pode permanecer durante muitas gerações vindouras, se for bem preservada.”

É de frisar também que a presença portuguesa em Macau não foi conseguida pela violência, nem pelo poderio militar, nem foi pautada por posições de força, que a China no fundo valoriza. Os portugueses foram autorizados a aqui permanecer para que o comércio, que interessava às duas partes, fosse possível. A atitude portuguesa sempre (ou quase sempre) foi de conciliação, inúmeras vezes de subserviência, não sendo uma “potência” senão no início da relação Portugal-China.

A verdade é que a China não valoriza as atitudes que, do lado português, possibilitaram a convivência entre os dois países durante quatro séculos e meio.

Talvez seja por isso que hoje uma grande percentagem da “gente de Macau”, os macaenses, não falam português, mas sim inglês.

Mas o que realmente importa e que se coloca como o grande desafio é aumentar a “auto-estima, o orgulho” macaenses. A herança macaense, tanto nos campos do saber, das artes, dos valores, ou até do lazer, tal como a sua gastronomia, integra, mistura “ingredientes” africanos, indianos, malaios, portugueses e chineses e que irão perdurar no seu quotidiano. **RC**

Nota da Autora: Na elaboração deste artigo tive a colaboração de Maria Teresa Rosendo e de Clementino Amaro, responsável pelo Capítulo 2.1.3 “Museu de Macau - Fortaleza do Monte”. Aos dois, os meus agradecimentos.

NOTAS

- 1 Roy S. Dickens, *Archaeology of Urban America: The Search for Pattern and Process*, pp. 14-17.
- 2 Hamilton Jair M.L. Fernandes, “O Património arqueológico no solo urbano: caso Cidade Velha, Património da Humanidade”.
- 3 *Historical Imprints of Lingnan: Major Archaeological Discoveries of Guangdong, Hong Kong and Macau. Exhibition Catalogue*, pp. 385-391.
- 4 Fernando António Baptista Pereira, *As Ruínas de S. Paulo: Um Monumento para o Futuro / St. Paul's Ruins: A Monument Towards the Future*.
- 5 C. Moreno, “Reutilização da Fortaleza do Monte como Museu”. In *Um Museu em Espaço Histórico: A Fortaleza de S. Paulo do Monte*, pp. 158-193.
- 6 Clementino Amaro, “O Colégio de S. Paulo e a Fortaleza do Monte”. In *Um Museu em Espaço Histórico: A Fortaleza de S. Paulo do Monte*, pp. 114-156.
- 7 Amaro, C.; Sabrosa, A. (2012) “Museu de Macau e o Território da Companhia de Jesus. Resultados e integração dos vestígios arqueológicos”. In André Teixeira, José António Bettencourt (coord.), *Velhos e Novos Mundos, Estudos de Arqueologia Moderna*, p. 419-430.
- 8 Classificado pelo governo da RAEM como edifício de valor arquitectónico e cultural.
- 9 Henry Ma Kam Keong (coord.), *Museu da História da Taipa e Coloane*, p. 30
- 10 Henry Ma Kam Keong (coord.), *Guia de Exposição do Museu da História da Taipa e Coloane*, p. 19.
- 11 *Ibidem*.
- 12 *Historical Imprints of Lingnan: Major Archaeological Discoveries of Guangdong, Hong Kong and Macau. Exhibition Catalogue*, pp. 385-391.
- 13 Amaro, Fernando da Silva, “Acheugas para a Reconstituição Histórica da Fábrica Jesuíta de São Paulo, de Macau”, p. 95.
- 14 Carta Arqueológica de Portugal Concelhos de Faro, Olhão, Tavira, Vila Real de Santo António, Castro Marim e Alcoutim. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1995, pp. 13-16.
- 15 Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas (Carta de Washington, 1987).
- 16 Vide <http://whc.unesco.org/archive/2005/whc05-29com-22e.pdf>, p. 131.

BIBLIOGRAFIA

- Amaro, Clementino. “O Colégio de S. Paulo e a Fortaleza do Monte”. In *Um Museu em Espaço Histórico: A Fortaleza de S. Paulo do Monte*. Macau: Museu de Macau, 1998.
- ; Sabrosa, A. “Museu de Macau e o Território da Companhia de Jesus. Resultados e integração dos vestígios arqueológicos”. In André Teixeira, José António Bettencourt (coord.), *Velhos e Novos Mundos, Estudos de Arqueologia Moderna*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa / Universidade dos Açores, 2012.
- Amaro, Fernando da Silva. “Acheugas para a Reconstituição Histórica da Fábrica Jesuíta de São Paulo, de Macau”. *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*, Col. LIX, n.º 685 (1961), pp. 458-474.
- Carvalho, Karoliny Diniz. “Turismo Cultural e Arqueologia nos espaços urbanos: caminhos para a preservação do património cultural”. *Turismo e Sociedade, Revista Electrónica*. [Online] Abril de 2010. <http://dx.doi.org/10.5380/tes.v3i1.17341>.
- Dickens, Roy S. *Archaeology of Urban America: The Search for Pattern and Process*. Nova Iorque: Academic Press, Inc., 1982.
- Fernandes, Hamilton Jair M.L. “O Património arqueológico no solo urbano: caso Cidade Velha, Património da Humanidade”. [Online] http://www.iipc.cv/ficheiros/1_artigo_Jair.pdf.
- Historical Imprints of Lingnan: Major Archaeological Discoveries of Guangdong, Hong Kong and Macau. Exhibition Catalogue*. Hong Kong: Hong Kong Museum of History, 2014.
- Keong, Henry Ma Kam. *Museu da História da Taipa e Coloane*. Publicação comemorativa da inauguração do Museu da História da Taipa e Coloane 7.5.2006. Macau: Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, 2006.
- ; *Guia de Exposição do Museu da História da Taipa e Coloane*. Macau: Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, 2006.
- Martins, Manuela e Ribeiro, Maria do Carmo. “A arqueologia urbana e a defesa do património das cidades”. *Forum*, 44-45, 2009/2010, Universidade do Minho, Conselho Cultural.
- Moreno, C. “Reutilização da Fortaleza do Monte como Museu”. In *Um Museu em Espaço Histórico: A Fortaleza de S. Paulo do Monte*. Macau: Museu de Macau, 1998.
- Pereira, Fernando António Baptista. *As Ruínas de S. Paulo: Um Monumento para o Futuro / St. Paul's Ruins: A Monument Towards the Future*. Lisboa: Missão de Macau em Lisboa / Instituto Cultural de Macau, 1994.

O Poder do Fraco na Construção do Lugar

Acupunctura e Outras Terapias para Macau

DIOGO TEIXEIRA*

1. INTRODUÇÃO

O lugar da vida não é o lugar da história.
Num passa-se o mistério.
Noutro corrige-se a realidade.
(Agustina Bessa-Luís)

A globalização, o crescimento urbano acelerado, o aumento da mobilidade e da conectividade virtual, e a resultante redução da atenção ao ambiente físico, põem em risco o nosso relacionamento com pessoas e lugares que costumavam ser importantes para nós. Como resultado, perdemos-nos no processo de adaptação ao ambiente urbano, sentindo-nos cada vez mais desenraizados, e tentamos a sua adaptação ao invés, levantando o problema da ligação entre a construção do lugar e a conservação do património.

Este fenómeno é particularmente agudo no Delta do Rio das Pérolas, que abriga a mais rápida e mais extensa urbanização contínua do mundo: 55 milhões de pessoas vivem na jurisdições de Hong Kong, Shenzhen, Dongguan, Guangzhou, Foshan,

Zhongshan, Jiangmen, Zhuhai e Macau. Além disso, a população urbana da região está confinada a apenas 10 por cento do seu território, tornando a ocupação extremamente densa. Este crescimento rápido e desigual é um dos maiores desafios enfrentados pela sociedade chinesa e põe em causa os modos tradicionais de planeamento de cidades, ampliando a necessidade urgente de estratégias alternativas.

Assumindo que a construção do lugar tem uma forte base afectiva, este trabalho estuda o afecto na experiência do espaço público para identificar as qualidades arquitectónicas que mais contribuem para a ligação ao lugar. A pesquisa combina noções de arquitectura, fenomenologia, psicologia e neurociências a fim de investigar os processos associados à percepção e codificação de pistas espaciais que induzem a ligação ao lugar e uma utilização mais envolvida do espaço público.

A hipótese de trabalho parte das noções de ‘arquitectura fraca’ (Vattimo, 1983; Solà-Morales, 1987; Pallasmaa, 2000) e ‘acupunctura urbana’ (Solà-Morales, 1999; Lerner, 2003; Casagrande, 2009), tendo em vista identificar os meios para facilitar a ligação ao lugar, poupando recursos. O objectivo não é reinventar mais uma vez a forma ou a função, mas a descoberta de uma orgânica situacional – circunstancial e, portanto, essencialmente assistemática – de pistas de interacção indivíduo-ambiente num processo integrado que induza uma reabilitação participativa do tecido urbano.

A análise é baseada no estudo de caso de uma intervenção urbana em Hong Kong e alguns outros exemplos de Taipé e Macau. Foram conduzidas observações comportamentais *in loco* para avaliar os padrões de movimento, as interacções físicas e sociais.

* Docente nos programas de arquitectura e design da Universidade de São José. É licenciado em Engenharia Civil pela Universidade Técnica de Lisboa, Mestre em Urbanismo pela Universidade de Paris, e, actualmente, doutorando em Arquitectura na Universidade Técnica de Lisboa. Desde 1993, colabora em diversos projectos na Europa, África e Ásia, e é também um investigador activo com um interesse particular em afecto e espaço público, procurando compreender como a arquitectura resulta em lugares significativos.

Senior Lecturer in the architecture and design programs at the University of Saint Joseph. Graduate in Civil Engineering from the Technical University of Lisbon, M.A. in Urban Design from the University of Paris, he is currently a doctoral candidate in Architecture at the Technical University of Lisbon. Since 1993, he collaborates in various projects in Europe, Africa and Asia, and is also an active researcher with a particular interest in affect and public space, namely understanding how architecture results in meaningful places.